

A Narrativa da História da Educação à Luz do Cinema e da Literatura: a Realidade Social do Brasil Colônia em “Desmundo”¹

The narrative of the History of Education in the light of Cinema and Literature: the social reality of Colonial Brazil in “Desmundo”

La narrativa de la Historia de la Educación por el Cine: la realidad social del Brasil colonial en “Desmundo”

Rodrigo dos Santos Dantas da Silva²
Roney Jesus Ribeiro³

Resumo: Este artigo tem como objetivo propor algumas reflexões concernente a narrativa da História da Educação à luz da Literatura e do Cinema. Para realizar o proposto, nos embasamos em “Desmundo”, romance escrito por Ana Miranda, o qual recebeu uma adaptação em filme homônima e dirigida por Alain Fresnot. Embora as obras citadas possibilitem levantar muitas questões sociais, por hora, nos dedicaremos sobre alguns aspectos da educação e do ensino.

Palavras-chave: Cinema; Desmundo; História; Literatura; Ensino.

Abstract: This article aims to propose some reflections regarding the narrative of the History of Education in the light of Literature and Cinema. To carry out our proposal, we based ourselves on “Desmundo”, a novel written by Ana Miranda, which received a film adaptation of the same name and directed by Alain Fresnot. Although the works cited make it possible to raise many social issues, for now, we will focus on some aspects of education and teaching.

Keywords: Cinema; Desmundo; History; Literature; Teaching.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo proponer algunas reflexiones sobre la narrativa de la Historia de la Educación a la luz de la Literatura y el Cine. Para llevar a cabo nuestra propuesta

¹ A primeiras reflexões, que condizem a elaboração deste artigo, se originaram nas reflexões advindas das aulas da disciplina de *Educação feminina no Brasil: Colônia, Império e República*, que foi ministrada pelos professores Sebastião Pimentel Franco, Sônia Maria da Costa Barreto e Luana Frigulha Guisso em 2021/2 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Doutorando em Letras (PPGL/Ufes), mestre em Letras (ProfLetras/Ifes) e licenciado em Letras Português e Letras Inglês. Professor de Língua Portuguesa e Literaturas (Sedu/ PMVV). Integra os grupos de pesquisa *Literatura e Educação* (PPGL/Ufes) e *Itinerários Interdisciplinares em Estudos sobre o Imaginário, Linguagens e Culturas* (ITESI/UPE). E-mail: dyghusoueu@gmail.com

³ Doutorando em História (área de História Social e Política) e mestre em Artes (área de Teoria, Crítica e História da Arte), ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Licenciado em Letras, História e Artes Visuais. Integra os grupos de pesquisa “Teoria e História da Arte Moderna e Contemporânea” e “Crítica e Experiência Estética”, vinculados aos PPGA/Ufes. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES). E-mail: roneyjrbeiro@gmail.com

nos basamos em “Desmundo”, novela escrita por Ana Miranda, que recibió una adaptación cinematográfica del mismo nombre y dirigida por Alain Fresnot. Si bien los trabajos citados permiten plantear muchas cuestiones sociales, por ahora nos centraremos en algunos aspectos de la educación y la enseñanza.

Palabras-llave: Cine; Desmundo; Historia; Literatura; Enseñanza.

1 Introdução

O estudo sobre a História da Educação nunca despertou tanto interesse por parte dos pesquisadores como tem ocorrido nas últimas décadas (RIBEIRO, 2023). Foi nesse período que muitos estudiosos começaram a se preocupar com a difusão de conhecimentos mais adensados e, de certa forma, mais comprometidos com a narrativa histórica da educação. É sabido que até a década de 70 as práticas pedagógicas e políticas educacionais privilegiavam métodos e conteúdos influenciados pelos aparelhos estatais (FONSECA, 2006). Ainda sabemos que o processo de formação para vida não se deu de modo igual para todos. Os primeiros a se beneficiarem desse bem humano foram os filhos das famílias mais abastadas, sendo que o ensino era voltado para os meninos, já as meninas recebiam em casa uma formação para a maternidade e para vida doméstica. Questões como essas nem sempre eram debatidas na história e hoje já é possível perceber movimentações e pesquisas que as tangenciam.

Os contornos renovados e mais interessados em expandir a narrativa histórica da educação para uma perspectiva decolonial, menos eurocêntrica e cada vez menos hegemônica, também têm se mostrado importante para uma densa produção historiográfica. Ponto esse, que tem se desvelado como fonte imprescindível para atrair a atenção de pesquisadores de área, como a Educação, a História, a Artes, as Ciências Sociais, a Literatura, entre outras que, interessados em expandir conhecimentos, têm refletido sobre muitas práticas de ensino nas áreas citadas no decorrer da história do país, tratando de contribuir na criação de sugestões de ações pedagógicas renovadas e mais interessantes – superando assim, o sistema pedagogizante, diretivo e acrítico que pairou pelo país após o golpe de 1964 (FONSECA, 2006).

Conforme constata a professora doutora Fátima Maria Neves, tem-se observado, que “[...] o campo disciplinar vem se constituindo temático e, teoricamente, diferenciado e fértil. As diferentes e novas perspectivas de investigação, juntamente com os tradicionais temas, adensam o debate, dessa disciplina, que compõe o núcleo de Fundamentos da Educação” (NEVES, 2021, p. 1093). Isso mostra que todas os esforços por novas reflexões consoantes a compreensão e difusão

do campo da narrativa histórica da educação brasileira, independentemente de seu recorte teórico e temporal, poderão ser de grande valia para novas compreensões sobre estratégias de aquisição, transmissão ou troca de conhecimentos no decorrer no processo de desenvolvimento do cognitivo humano.

Este artigo se justifica pela importância de se colocar em evidência estudos que se pautem na narrativa histórica da educação tendo por vias as diversas formas de fontes históricas. Haja vista que os textos literários, a iconografia e as adaptações fílmicas têm cumprido um papel exemplar em preservar muitos fatos de nosso passado histórico, concordamos, ainda, com Morettin (2003), ao pontuar que, para Marc Ferro (1976), uma adaptação de cinema é um complemento do texto literário escrito. Por isso, eles podem ser usados como fonte na elaboração de estudos que resgatem a história do Brasil e suas relações socioeducacionais.

Nos indagando de como se deu os primeiros contatos entre padres jesuítas e os indígenas, nos deparamos com algumas dúvidas: esse momento ocorreu de forma amistosa? Existiram resistências dos indígenas em receber os ensinamentos católicos? Padres e indígenas dialogavam ciclicamente sem empecilhos e compreensão? Quem buscou absorver o idioma do outro primeiro para estabelecer comunicação clara: os padres ou os indígenas? Da forma, como estudamos o período colonial brasileiro nas escolas de educação básica, esse contato foi uma verdadeira experiência cultural e linguística – mas esse viés não é verídico. Por isso, esclarecer essas questões é basicamente o que faremos neste artigo.

Foi ao tentar alcançar reflexões acerca dos primeiros contatos e tentativas de interação dos religiosos da Companhia de Jesus com os indígenas do Brasil Colônia, que incorreu a ideia de realizar um estudo sobre o ensino, aprendizagem e o trabalho didático-pedagógico para a catequização indígena no século XVI. Sendo assim, aqui realizaremos discussões voltadas às tentativas de interação dos padres jesuítas com os nativos da terra. Com isso, tentaremos explicitar as facilidades ou dificuldades encontradas pelos religiosos na aprendizagem do tupi, a língua dos indígenas brasileiros.

Este artigo possui uma abordagem analítico-exploratória, tendo o texto literário e adaptação fílmica como fontes para aprofundamento das análises da narrativa histórica da educação no Brasil Colônia. Desse modo, para a efetivação desse estudo, embasamo-nos no romance histórico “Desmundo” (1996), de Ana Miranda (1951-) e na adaptação fílmica de nome “Desmundo” (2002), dirigida pelo cineasta Alain Fresnot (1951). Haja vista que interpretar o

passado é um movimento intrínseco relacionado ao tempo histórico de sua produção (AMORIM; PAIVA, 2018).

2 “Desmundo” e a narrativa histórica da educação no Brasil Colônia

Para melhor situar o leitor, o desenvolvimento de nosso texto se pautará inicialmente em algumas considerações acerca do romance histórico “Desmundo”, de Ana Miranda. Em seguida, discorreremos sobre a adaptação fílmica de nome homônimo do romance citado e que foi dirigido por Alain Fresnot. Por fim, relacionamos “Desmundo” com educação jesuítica no Brasil colonial. Ao iniciarmos e encerramos um dos três eixos temáticos sinalizados acima, daremos sinais para que o leitor perceba essa mudança discursiva e acompanhe nosso raciocínio.

Ana Miranda é uma escritora brasileira que já publicou diversos livros recortes de vendas. No entanto, o romance da autora citada que mais nos interessa para esse estudo é “Desmundo”, que teve sua primeira edição lançada em 1996, pela renomada editora paulista Companhia das Letras, fundada em 1986, pela historiadora e antropóloga brasileira Lilia Katri Moritz Schwarcz. Grosso modo, “Desmundo” é um romance histórico que dedica sua narrativa ao período colonial brasileiro, a realidade social das mulheres que vieram de Portugal para constituir casamentos com os colonos que aqui já estavam instalados, às diversas violências contra as mulheres indígenas e as negras escravizadas e, sobretudo, às primeiras tentativas de interação entre os padres religiosos e os indígenas nativos da terra brasileira.

A autora Ana Miranda, de modo exemplar, produz um romance que busca na história social do Brasil questões que merecem ser debatidas na atualidade, para pensarmos cada vez mais como se davam as relações de interação na época. Por isso, nada mais oportuno do que flagrar o ponto crucial desse “Desmundo”, que é usar a mulher como moeda de troca e sustentáculo na manutenção da sociedade pelo seu poder de procriação. Embora isso não pareça fazer sentido ao estudo proposto, se buscarmos na história do Brasil em que momento começou a ter direito a educação e cuidar de sua própria vida e destino, veremos que isso ocorre muito tempo depois do período colonial. Em estudos anteriores, vimos que “Desmundo” é [...] uma narrativa que constrói uma fronteira imaginária e opositiva entre as perspectivas da realidade e do sonho, da paixão e do ódio, do desejo e da repulsa, da liberdade e da escravidão, do corpo e do espírito e, da virtude e do pecado (RIBEIRO, 2023, 126).

O romance recria uma situação marcante que é como chegam as primeiras mulheres brancas vindas de Portugal. Por isso, vale ressaltar que

“Desmundo”, de Ana Miranda (1996), narra que em certa noite de 1555 atraca no Brasil, uma caravela trazendo jovens moças enviadas pelo rei de Portugal para se casarem com os cristãos colonos que aqui habitavam. As moças cheias de sonhos, ideais e desejos pisam pela primeira vez na terra distante de seu país de origem (RIBEIRO, 2023, 126-127).

Assim, os sonhos dessas jovens mulheres logo se tornariam pesadelos. Afinal de contas, chegando às terras brasileiras, um lugar sem desenvolvimento, até porque os habitantes nativos viviam de modo natural, comiam das árvores frutíferas, caçavam só para seu sustento e não tinham hábitos como os portugueses. Além disso, as jovens também não sabiam que seu destino aqui já estava traçado.

Mal sabiam elas, a rudeza, as violências, as imposições e as disparidades as quais enfrentariam para sobreviver no Brasil. A narrativa é contada por Oribela, que fazia parte do grupo de moças órfãs trazidas de Portugal. Ela é representada como moça sensível, de gênio forte, de um pensamento mítico, dotada de questões espirituais e desejos sensuais. A postura e o pensamento de Oribela certamente eram oriundos do medo da paixão, que a habitava e também por conta de suas visões noturnas (RIBEIRO, 2023, 127).

De acordo com o professor doutor Cristiano Mello de Oliveira, “Desmundo” “[...] forneceu expressão cultural às questões do conhecimento da história do Brasil colonial”. Ponto esse que confere “a originalidade do romance na cena brasileira atual, ao constituir-se como uma versão feminina da colonização e, ao mesmo tempo, superar os limites do fato histórico a que remete” (OLIVEIRA, 2013, p. 2). Diante das considerações tecidas, nos fica claro os motivos, pelos quais a obra citada alcançou excelente recepção pelos leitores e, sobretudo, pela crítica literária e historiográfica de renome.

Como discutimos em estudos anteriores, além de “Desmundo” ficar entre os livros mais vendidos por longo período, a obra também foi traduzida em vários idiomas. Sua narrativa nos sintoniza às questões sociais, destacando entre elas a exploração da mulher, o preconceito étnico e racial, as diversas formas de violência de gênero no século XVI (RIBEIRO, 2023, p. 127).

Em complementariedade as discussões concernentes ao romance “Desmundo”, nas argumentações seguintes tecemos algumas considerações acerca da adaptação fílmica de mesmo nome, produzida por Alain Fresnt em 2002, que tem uma hora e quarenta minutos de duração. Segundo os professores doutores Gustavo Batista Gregio e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, o título do filme em questão “faz alusão a um “não mundo” ou, fim de mundo, um lugar de barbárie, sem leis, onde todos os indivíduos, sobretudo, as mulheres são exploradas, subjugadas e marginalizadas. O roteiro dialoga intimamente com a História brasileira e o cotidiano colonial do século XVI” (GREGIO; PELEGRINI, 2021. p. 70).

Em estudos anteriores, explicitamos que o desenvolvimento do enredo da adaptação

filmica de “Desmundo” apresenta uma narrativa histórica que tem forte capacidade de mostrar a diversidade cultural e linguística do contexto social da época. “Como havia uma vasta gama de grupos indígenas, é possível que houvesse distinção lexical, em suas formas de se comunicar, hábitos e costumes desses povos” (RIBEIRO, 2022, p. 01). Reitera Neves (2007, p. 07), que “[...] o desenrolar do enredo, as imagens veiculadas, os sons produzidos e, principalmente, as linguagens orais utilizadas em Desmundo permitem a construção de indagações sobre diferentes eixos temáticos que permeiam o panorama cultural do período colonial”. De acordo com a historiadora, o título do filme reflete com intensidade “[...] a pluralidade conflituosa do universo linguístico, presente no século XVI, no Brasil, posto que falta a muitas personagens, mas principalmente a Oribela um termo para expressar o que é aquela nova terra, o que sente nela e por ela quando vê que seu destino tomou um “desrumo”” (NEVES, 2007, p. 03).

Para conferir maior realismo histórico ao filme, Alain Fresnot, utilizou o português arcaico. No entanto, para garantir que o seu espectador compreendesse não só as imagens como o discurso oral dos atores, foi inserido na adaptação fílmica legendas em português contemporâneo. Segundo Neves, alguns aspectos como “os diálogos em hebraico, nagô e tupi, não receberam, intencionalmente, o mesmo tratamento. Ao que parece, Fresnot manteve a plateia com a mesma sensação de estupefação de Oribela diante do desconhecido universo babélico *brasilis*” (NEVES, 2021, p. 1095).

Como já discutido acerca do romance de Ana Miranda, a produção fílmica de Alain Fresnot tem seu início marcado pela chegada da caravela vinda de Portugal com destino a terra *brasilis*. A tripulação da caravela era um grupo de moças órfãs para se casarem com os colonos portugueses que já viviam por aqui. A ideia de arranjar casamentos brancos para os colonos fazia parte de uma estratégia do governo português, juntamente do clero religioso, para evitar a expansão da mestiçagem no Brasil. Vale ressaltar ainda, que “[...] a imposição de uma raça pura fazia parte do projeto de colonização do Brasil e, para isso, o Estado português com o apoio da Igreja começou a realizar matrimônios brancos e cristãos. As mulheres que habitavam a colônia eram índias e negras escravizadas” (RIBEIRO, 2022, p. 02).

Para efetivação desse projeto, a alternativa que os religiosos encontraram foi escrever ao Estado português solicitando o envio de mulheres (brancas) de Portugal. Com elas no Brasil, os padres poderiam executar as estratégias de controle social e impedir a união dos colonos cristãos com as indígenas ou com as negras escravizadas. Isso porque os padres acreditavam que os

indígenas e os negros eram sujeitos inapropriados ao casamento por serem desviados da fé e das leis divinas. Na mentalidade dos religiosos, isso comprometeria os modelos de famílias ideais. Por isso,

evitando a união entre colonos e as índias ou com as negras, também se controlava o nascimento de crianças mestiças advindas dessas relações. A união de um colono com uma mulher dos grupos subalternos cabia lógica eurocêntrica, que abominava esse tipo de casamento. Uma união desviante contribuiria para o crescimento da miscigenação e, isso deveria ser terminantemente evitado. Para impedir que os colonos procurassem as índias e as negras para satisfazer suas carências sexuais, os jesuítas recorreram ao rei de Portugal reivindicando que enviasse mulheres brancas para a colônia (RIBEIRO, 2022, 2).

Como garantia para efetivação de seu projeto, os padres jesuítas precisavam manter a plena harmonia entre os colonos. Assim, eles poderiam dominar os indígenas e impor a eles a fé cristã e os costumes europeus. Segundo o professor doutor Ronald Raminelli, para manutenção dessa lógica “[...] os viajantes adotavam uma perspectiva típica da tradição cristã, pouco se preocupando com as particularidades dos habitantes do Novo Mundo” (RAMINELLI, 2007. p. 11). Uma das melhores maneiras de acalmar os ânimos (desejos sexuais) entre os colonos para evitar que eles procurassem as negras escravizadas e as indígenas, foi trazer mulheres brancas de Portugal. Por isso, o filme se inicia a partir do fragmento de uma epístola que o padre Manoel da Nóbrega enviou ao rei D. João em 1552. Na carta, o religioso tecia relatos a respeito das características da terra e dos habitantes nativos do Brasil. Para sustentar a necessidade dos casamentos brancos, o religioso justifica que precisava de mulheres portuguesas, porque as mulheres nativas tinham hábitos ruins e eram impróprias ao matrimônio. Em um fragmento da carta padre Manuel da Nóbrega faz o seguinte relato a D. João, rei de Portugal:

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas órfãs. E se não houver muitas, venham de mistura delas e quaisquer, porque são desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem à terra, e elas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-ão do pecado” (NÓBREGA, 1988. p. 133).

Analisamos nas palavras do religioso, que independentemente da conduta ou casta das mulheres, qualquer uma serviriam desde que fosse branca e portuguesa. O rei português de pronto atendeu ao pedido do padre jesuíta, enviando um grupo órfãs para o Brasil. É claro que o preconceito com o qual o religioso qualifica as mulheres nativas e as negras escravizadas, ao tentar criar um país pautados em casamentos brancos, quando essa sociedade já se fundava no misticismo. Apesar dessa situação ser muito natural à época, o que mais nos causa estranhamento é que,

[...] essas mulheres podiam até ser vistas como inadequadas para o matrimônio. Entretanto, para satisfazer os desejos carnis dos colonos e senhores da elite, elas eram as mais requisitadas. Fatos como esse comprovam que, na história da social do Brasil, as mulheres, em especial as negras e as indígenas sempre sofreram com as investidas dos homens. Muitas delas passaram por situações de assédios, estupros ou exploração sexual por parte seus patrões. No século XVI casos como esses, sequer chegavam a ser vistos como crimes. Por isso, os agressores permaneciam livres para fazer novas vítimas (RIBEIRO, 2022, 2).

A partir do romance “Desmundo”, de Ana Miranda, em sua adaptação fílmica, Alain Fresnot escancara a realidade social das mulheres (negras, indígenas e órfãs portuguesas) no Brasil. Se a mulher branca era usada como sustentáculo da sociedade, mantendo o equilíbrio com o nascimento de filhos brancos. A ideia de família para os indígenas era muito diferente do formato europeu. As famílias eram formadas a partir de grupos compostos por mais de um homem e mais de uma mulher. As crianças, eram filhas de todos os homens e todas as mulheres, como uma configuração familiar, e a inclusão de novos integrantes precisava atender os critérios do grupo (RIBEIRO, 2022). Para a historiadora Mary Del Priore, na mentalidade europeia, as formas plurais de família dos indígenas e dos negros escravizados eram extremamente aversivas, e por isso, contrariavam as regras autoimpostas pelo catolicismo. Além disso, “[...] a nudez e a poligamia ajudavam a demonizar a sua imagem” (DEL PRIORE, 2011. p. 20). Esse modelo de família como conhecemos hoje foi trazida da Europa. Acerca do assunto Del Priore assevera que:

Esse modelo constituído por pai e mãe “casados perante a Igreja”, correspondia aos ideais definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento, em 1545. Ele serviu na luta contra a Reforma Protestante e em favor da difusão do catolicismo no Novo Mundo. Apenas dentro desse tipo de família – a sacramentada elo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos, movimentando uma corrente de transmissão pela qual passariam de geração em geração, as normas e os valores da Igreja Católica (DEL PRIORE, 2013. p. 11).

Por se distanciar dos valores do modelo de matrimônio português, as relações conjugais entre os indígenas deixavam os religiosos jesuítas horrorizados. Esse foi um dos motivos, pelo qual os padres tentaram impor o modelo de matrimônio europeu no Brasil. A consolidação desse projeto dependia que as regras impostas pela Igreja Católica e o Estado português fossem rigorosamente obedecidas. Para servir de espelhos aos negros escravizados e aos indígenas, os padres religiosos trouxeram as órfãs portuguesas com destino certo para os matrimônios arranjados. No imaginário dos padres, as moças já conheciam as regras de seu país e, certamente, não as desobedeceriam. Para normalizar esse tipo de casamento na colônia portuguesa, os padres usaram todos os recursos que tinham ao seu alcance, além de contar o apoio do Estado português. “A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar os filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome

de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas” (DEL PRIORE, 2013. p. 11).

É possível que você esteja se perguntando o que tudo isso tem a ver com a história da educação. Mas “Desmundo” não foca exclusivamente no eixo educacional. Essa aproximação foi proposta por nós, ao vermos que o romance e a adaptação fílmica exploram questões presentes no esforço do europeu para dominar o nativo. É por meio da educação que podemos acessar os conhecimentos construído no decorrer do tempo. “A história da educação se configura como uma área de construção da memória e da periodização por quais passaram os processos educativos no mundo” (RIBEIRO, 2022, p. 3). O disposto justifica a relevância em historicizar o interesse dos padres da Companhia de Jesus em aprender a se comunicar com os nativos, como estratégia de dominação.

Na primeira epístola escrita no ano de 1549, Manoel da Nóbrega, padre português, que vivia na colônia portuguesa, o qual veio com propósitos de catequisar os indígenas impondo-lhes os costumes europeus. Na carta Nóbrega informava que ele, padre Antônio Vieira e outros religiosos estavam empenhados a aprender a língua falada pelo nativo da terra. O padre também afirma que de todos os religiosos, o padre Navarro era quem apresentava maior habilidade linguística e aprendia satisfatoriamente o tupi (NÓBREGA, 1988. p. 73). Um ano da chegada da Companhia de Jesus na colônia, muitos padres ainda não haviam aprendido o tupi. Preocupado com essa dificuldade, Nóbrega escreve ao rei:

Na língua deste país alguns somos muito rudes e mal exercitados, mas o padre Navarro tem especial graça de Nosso Senhor nesta parte, porque andando pelas aldeias dos Negros, em poucos dias que aqui estamos, se entende com eles e prega na mesma língua e finalmente em tudo parece que Nosso Senhor lhe presta favor e graça para mais poder ajudar as almas. A' sexta-feira quando fazemos a disciplina, juntamente com muitos da terra e depois da predica sobre a Paixão de Cristo, ainda ele se reúne a nós, nos outros dias visita ora um, ora outro lugar da cidade e á noite ainda faz cantar aos meninos certas orações que lhes ensinou em sua língua deles, em lugar de certas canções lascivas e diabólicas que d'antes usavam (NÓBREGA, 1988. p. 73).

Mesmo se empenhando, os padres tiveram dificuldade com a língua nativa. Além disso, outros fatores contribuíram para a dificuldade enfrentada pelo padre Manoel da Nóbrega, que era muito gago, questão que afetou seu processo de aprendizagem e pronúncia do tupi (VASCONSELOS, 1977). Além disso, não conseguir absorver conhecimentos concernentes à língua dos nativos, gerava aos padres jesuítas muita vergonha e despertava a inveja entre eles. Embora pudesse recorrer a um intérprete quando quisessem, fazer uso desse benefício gerava desonra diante dos religiosos que sabiam o tupi (AZPILCUETA, 1988).

A Companhia de Jesus trouxe jovens órfãos de Portugal para viabilizar o trabalho de interpretação, atuando como “meninos-línguas”. Como se observa, não é recente a ideia de que as crianças e os jovens aprendem qualquer idioma com maior facilidade que uma pessoa adulta. Por isso, esses garotos órfãos interagiam com os indígenas para aprender o tupi e depois transmitir aos padres (RIBEIRO, 2023). Esse foi um processo que tornou a aprendizagem menos complicada para alguns religiosos, já que outros não conseguiram aprender o tupi. Os meninos-línguas contribuíram significativamente no processo de evangelização dos filhos dos “gentios”. Sem tal auxílio, a catequização dos indígenas talvez não teria ocorrido (NÓBREGA, 1988, p. 145).

Esses órfãos foram fundamentais no processo de ensino e aprendizagem na colônia. As jovens moças órfãs trazidas para os casamentos arranjados com os colonos também deram boa contribuição social. Os religiosos tinham projetos para os meninos-línguas. Segundo Neves (2007, p. 3), “[...] a intenção era a de que ao crescerem os órfãos, os meninos-línguas se tornariam padres da Cia. de Jesus e, que por terem crescido juntos aos índios, conseguiriam conquistar espaços no interior das comunidades nativas com uma margem de resistência menor à evangelização”. Cabe ressaltar que Antonio Pina e João Pereira foram dois dos meninos-língua que mais se destacaram (AZPILCUETA, 1988, p. 447).

Isso nos mostra que a função do tradutor e intérpretes no Brasil tem sua origem no início do século XVI, com a Companhia de Jesus. Além dos meninos-línguas, os padres tiveram o suporte dos intérpretes Antonio Rodrigues, João Ramalho, Diogo Correia, o Caramuru, das esposas e dos filhos dos homens citados (ANCHIETA, 1988, p. 484). Pero Corrêa residia na região desde 1533, e por isso, já tinha se ambientado com a língua falada pelos indígenas, com os seus hábitos e costumes.

A forma como os religiosos falam em suas cartas acerca da necessidade de conhecer cada vez mais a língua dos povos nativos do Brasil, revela que, se isso não ocorresse com certa urgência, o trabalho pedagógico dos jesuítas, e as estratégias colonizadoras como a pregação e a evangelização dos índios ficariam prejudicadas. Para que essas práticas se realizassem com sucesso, era necessário haver boa comunicação entre os religiosos e os índios (RIBEIRO, 2022, p. 3).

Apesar de saber que teriam muitos desafios a serem superados, padre Anchieta não sabia que aprender a língua falada pelos indígenas seria uma das maiores dificuldades. No entanto, mesmo com certa dificuldade, o referido padre aprendeu o tupi, e em seguida, escreveu. “uma gramática com os principais elementos (...) da língua falada pelos índios. Com o auxílio de um material abordasse aspectos muito particulares da língua nativa, os padres teriam mais facilidade

em conhecê-la e de transmitir os ensinamentos da fé cristã aos índios” (RIBEIRO, 2022, p. 3). Reitera Neves, que para maior disciplina dos religiosos, diante das dificuldades em aprender o tupi, o padre Geral Luiz da Grã impôs que todos os membros Companhia de Jesus estudasse a gramática diariamente (NEVES, 2007. p. 5).

Mesmo com a contribuição dos escritos de padre Anchieta, o processo de aprendizagem do tupi foi muito lento e a prática de ensino, marcado pela imitação e repetição, era pouco eficaz. Mesmo que de modo limitado, a comunicação entre os padres e os indígenas ocorreu. Claro, que essa comunicação também se realizou com base nos auxílios de intérpretes e dos meninos-línguas (NÓBREGA, 1988, p. 95). Os indígenas eram de nações distintas, por isso, preservavam traços léxicos muito plural. Isso dificultava ainda mais a aprendizagem da língua, pelos religiosos. Segundo o padre Anchieta,

[...] têm escrita, nem caracteres, nem sabem contar, nem têm dinheiro (...) sua língua é delicada, copiosa e elegante, tem muitas composições e sincopas mais que os Gregos, os nomes são todos indeclináveis, e os verbos têm suas conjugações e tempos. Na pronúncia são subtis, falam baixo que parece que não se entendem e tudo ouvem e penetram; em sua pronúncia não põem F, L, Z, S e RR, nem põem muta com líquida como Bra, Craze (ANCHIETA, 1988, p. 441).

Da carta “Informação da Província do Brasil”, escrita por padre Anchieta em 1585, o trecho apresentado acima esclarece os percalços encontrados pelos religiosos no aprendizado da língua dos nativos da colônia portuguesa. O fragmento citado é reproduzido com grande frequência e evidencia questões variadas. Explicita Neves (2021. p. 1097), que Gabriel Sousa foi um dos primeiros viajantes do século XVI, que em 1587 escreveu o “Tratado Descritivo do Brasil”, onde “reproduziu, parcialmente, o conhecimento da língua nativa e construída pelo jesuíta, atribuindo valores da sociedade colonial para a ausência, não de todas, mas, de somente de três letras”. No seu tratado Gabriel Sousa explica, que

[...] faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem (...) se não tem L na sua pronúncia, é porque não te lei alguma que guardar (...) e se não tem esta letra R na sua pronúncia, é porque não tem reio que os reja, e a quem obedeçam (SOUZA, 1971. p. 302).

Embasando-nos nas ideias expressas por Gabriel de Souza, Pero de Magalhães Gândavo, é outro importante viajante que no século XVI, realiza um estudo em que sinaliza, que pela ausência das letras F, L e R a cultura linguística dos indígenas brasileiros é uma “coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente” (GÂNDAVO, 1980. p. 52). As considerações feitas pelos viajantes são de

caráter pessoal e revelam forte senso de juízo de valor, que reduz a cultura nativa, evidenciando uma possível superioridade da europeia. Padre Anchieta também descreve a complexidade linguística da língua dos nativos em seus escritos. Em seus *Sermões* diz que:

(...) Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas e sutis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras e mais afogadas na garganta que pronunciadas na língua; outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo rigor, que as tais línguas não se ouvem, pois se não ouve delas mais que o somido, e não palavras desarticuladas e humanas (VIEIRA, s.d. p. 138).

Muitas dificuldades envolvendo a comunicação dos religiosos com os indígenas são omitidos no filme “Desmundo”. Mesmo tentando aproximar seu filme das relações sociais estabelecidas no século XVI, ficam algumas lacunas. Exemplo disso, seria a impossibilidade de reproduzir o discurso de padre Vieira em uma cena fílmica. Explica Neves, que “[...] o procedimento de transcrição, das línguas nativas, pelos padres, se realizou, como descreve Pe. Vieira, a partir de elementos fonéticos, posto que não havia código escrito”. A historiadora reitera que, “não se pode deixar de registrar que os códigos, os signos advindos da cultura oral não tinham relações com os códigos, signos e significados atribuídos a ela pela cultura escrita europeia” (NEVES, 2021, p. 6).

No filme Alain Fresnot chega apresentar situações, sobre o contato dos indígenas e com os portugueses. Dada a dificuldade de traduzir na íntegra a comunicação entre as duas culturas, é possível que, o cineasta tenha optado por evidenciar os sofrimentos vividos por Oribela e as frustradas tentativas de moça. “Outras situações como as narradas pelos padres em seus registros e cartas também foram propositalmente omitidas no filme para evitar, que ele tornasse uma daquelas produções que, os espectadores assistem, mas não entendem o enredo” (RIBEIRO, 2022, p. 4). Ainda que o cineasta tenha omitido situações de grande importância para a narrativa histórica da educação, o desfecho de sua obra consegue entregar boas reflexões ao espectador. Muito do que é retratado no filme, revelam fontes de grande relevância para o estudo da história da educação e de suas primeiras práticas de ensino no Brasil colonial.

Ainda refletindo sobre a complexidade de se aprender uma língua de tradição oral, padre Vieira explicita no trecho seguinte que:

As letras dos chinas e dos japões, muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como as do egípcios, mas enfim, é aprender língua de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre,

sem guia, e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela; distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua a qualquer entendimento, e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus (VIEIRA, s.d. p. 139).

Analisamos a partir do exposto por padre Vieira, que a pluralidade linguística mostrada em “Desmundo” traduz a riqueza lexical e cultural do idioma dos indígenas nativos. Em seu filme, Alain Fresnot também nos mostra a grande complexidade em compreender a vastidão dos traços lexicais da língua dos nativos. O processo de interação entre religiosos e nativos contribuiu para a formação de uma prática de ensino na colônia. Essa por sua vez, foi se transformando ainda no período colonial, abrindo espaços para as práticas pedagógicas mais eficazes. Essas relações e dinâmicas de aprendizagem da língua dos nativos possibilitou ao português uma aprendizagem cultural significativa, tanto que, possibilitou identificar as diferenças linguísticas entre os distintos povos (ou nações) indígenas (NEVES, 2021).

Embora tenhamos nos pautado nos primeiros contatos entre os religiosos e os indígenas e a criação de práticas pedagógicas para absorção da língua falada pelos nativos, muitos outros assuntos podem ser abordados a partir do romance de Ana Miranda e do filme de Alain Fresnot. Parte dessa multiplicidade temática abordamos brevemente antes de adentrar no tema central deste estudo. Para situar nosso leitor, realizamos breves consideração sobre “Desmundo”, romance de Miranda e sobre o filme de mesmo nome produzido por Fresnot. Em seguida, argumentamos sobre a narrativa histórica da educação em “Desmundo”, destacando as dificuldades vivenciadas pelos padres portugueses no processo de aprendizagem do tupi.

3 Considerações finais

A educação sempre fez parte das relações de poder na sociedade. Ela foi usada para tornar as pessoas mais “civilizadas”, para dominar as pessoas, para oprimir e para privilegiar uma parcela muito pequena da sociedade. Com passar dos séculos, a educação foi se transformando e tornando-se mais democratizada. Com base os processos históricos em que a educação brasileira se inscreve, vimos que, desde a sua chegada na colônia portuguesa, a Companhia de Jesus buscou criar meios para facilitar sua aprendizagem da língua falada pelos indígenas com o intuito de depois impor a eles a cultura lusitana, a língua e os hábitos. Vale ressaltar, que “[...] antes de aplicar qualquer tipo de gramática ou método de ensino calcado na língua portuguesa, os religiosos tiveram de buscar nas raízes da cultura nativa, informações acerca das formas de comunicação desses povos”

(RIBEIRO, 2022, p. 5). Desse modo, aprendendo a língua falada pelos indígenas facilitaria a aproximação dos padres com os nativos da terra.

Orienta o doutor Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida, é de grande importância que, antes de analisar a história da educação levemos em consideração “a educação católica, em específico, a participação jesuítica no processo de educação brasileira, já que ela está intrinsecamente atrelada a essa prática, sendo responsável pela educação dos habitantes de nosso país no período colonial” (ALMEIDA, 2014, p. 118). Foi pensando nisso, que dedicamos esse estudo a realizar reflexões sobre a contribuição dos jesuítas na construção da educação brasileira, o contato inicial do europeu com a língua falada pelos indígenas e as dificuldades encontradas pelos religiosos na aprendizagem do dialeto dos nativos.

Como debatido, os padres jesuítas esbarraram em muitas dificuldades na aprendizagem do tupi. As “especificidades da língua, havia distinção lexical que eram constituídas a cada grupo familiar ou comunidade. Aprender uma língua oral que, não havia tradição escrita tornou ainda mais difícil e lento o processo de aprendizagem” (RIBEIRO, 2022, p. 5). É comum se discutir sobre a história da educação, mas é incomum levantar questões que o indígena pode ter ensinado mais que o europeu ensinou. Afinal, o indígena contribuiu de modo significativo na instrução linguística dos religiosos. Haja vista que, os lusitanos tiveram de aprender o tupi para depois impor a sua língua. Para maior compreensão das relações de interações entre os nativos e os religiosos é fundamental buscar auxílios nos registros e cartas escritas pelos religiosos. Segundo o doutor José Maria de Paiva, “as diferenças sociais, determinantes do quadro organizacional, são marcadas não apenas pelo poder, mas também pela *explicação* que disso se dá. Há que se buscar na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasílicas o lugar que a escola ocupou na organização social” (PAIVA, 2000, p. 42).

Neste artigo assumimos o compromisso de tentar realizar uma reflexão aproximando a literatura e o cinema para tratar da narrativa histórica da educação na colônia portuguesa. Desse modo, embasamo-nos no romance “Desmundo” e na adaptação fílmica de mesmo nome, para realizar nossas reflexões. O filme deixa escapar alguns pontos de grande importância para mostrar a diversidade e a complexidade linguística da língua dos nativos são mostradas. Ainda assim, a obra é de grande relevância para se pensar as relações de interação e a importância da linguagem no oral na efetivação da comunicação na época. Por meio de cartas, anotações e demais registro, os padres portugueses conseguiram “mostrar as impressões dessas dificuldades e realizar uma

reflexão em torno delas” (RIBEIRO, 2022, p. 5). Parte desses registros serviram de alicerce para nossas reflexões.

4 Referências

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. *A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade*. Revista Grifos, n. 36/37, p. 117-126, 2014.

ANCHIETA, José de. (1534-1597). *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. BH: Itatiaia: SP: EDUSP, 1988.

AZPILCUETA, Navarro & outros. *Cartas avulsas, (1550-1568)*. SP: EDUSP, 1988.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: História da Província Santa Cruz*. BH: Itatiaia, SP: EDUSP, 1980.

GREGIO, Gustavo Batista; PELGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A Construção Histórica do Gênero Feminino na Narrativa Filmica de “Desmundo”*. História, debates e tendências. Passo Fundo, v. 21, n. 2, p. 67-86, mai/jul, 2021.

MORETTIN, E. V. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR

NEVES, Fátima Maria. *Filmes históricos e o ensino de história da educação*. Disponível em: <<https://silo.tips/download/filmes-historicos-e-o-ensino-de-historia-da-educacao-resumo>>. Acessado em 28 de dezembro de 2021.

NEVES, Fátima Maria. *O filme “Desmundo”, a História e a Educação*. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007.

NÓBREGA, Manoel da. (1517-1570). *Cartas do Brasil*. SP: EDUSP, 1988. p. 133.

OLIVEIRA, Cristiano Mello de. Aspectos Coloniais: a opressão do feminino na obra Desmundo, de Ana Miranda. *Seminário Internacional Fazendo Gênero X (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, p. 1-12, 2013.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo

Horizonte: Autêntica, 2000.

RAMINELLI, Ronaldo. Eva Tupinambá. In.: DEL PRIORE, Mary. (Org) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO; R J. A situação social e o cotidiano das mulheres no Brasil colonial: reflexões acerca de “Desmundo”. *ENGÊNERO IV*. Vitória: Ufes. p. 125-147, 2023.

RIBEIRO, Roney Jesus. História cinema e Educação: o Brasil Colonial sob a ótica de "Desmundo". *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 24, p. 1-6, 28 de jun. 2022.

VASCONCELOS, Simão. (1597-1671). *Crônica da Cia. de Jesus*. Petrópolis: Vozes: Brasília: 1977.

VIEIRA, Pe. Antonio. *Sermões*. SP: Cultrix: s.d.